



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO
SERVIÇO DE CONTRATOS

Proc.: 6015/2017
Andreia Morais

Processo nº: 6015/2017

Despacho nº: 008/2020 – Serco

Assunto: alteração qualitativa e quantitativa do objeto e prorrogação dos prazos de vigência e de execução contratual - Quarto Termo Aditivo.

Interessada: VILA RICA ENGENHARIA EIRELI

Senhor Secretário de Licitação, Material e Patrimônio,

Versam os autos sobre o **Contrato nº 13/2019** (peça 269), firmado entre o **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF** e a empresa **VILA RICA ENGENHARIA EIRELI**, cujo objeto refere-se à reforma dos 1º e 2º andares do Edifício Sede do TCDF, de acordo com as especificações e condições previstas na Concorrência nº 1/2019 e na proposta da Contratada (peças 164 e 246, respectivamente).

2. Em 13/01/2020, a comissão fiscalizadora do Ajuste encaminhou nova solicitação de alteração contratual, a fim de viabilizar a completa execução do objeto contratado (peça 416). A proposta prevê as seguintes modificações:

a) **Acrescer:**

- Quantitativo a itens existentes no Contrato, conforme destacado nas alíneas das sessões 4.00, 5.00, 6.00, 7.00 e 8.00 da planilha constante do Anexo Único da Minuta do Quarto Termo Aditivo (peça 419);
- Novos itens, constantes das alíneas da sessão 12.00 da mencionada planilha;

b) **Suprimir** determinados itens, destacados nas alíneas das sessões 5.00, 6.00, 7.00, 8.00 e 11.00 da planilha; e

c) **Prorrogar**, por 30 (trinta) dias, o prazo de execução dos serviços e, por 60 (sessenta) dias, o prazo de vigência do Contrato nº 13/2019.

3. Conforme destacam os fiscais do Ajuste, as solicitações decorrem dos novos projetos realizados pela Contratada, contemplados no Primeiro Termo Aditivo, que demandaram o acréscimo e a supressão de alguns itens, assim como a inclusão de serviços e materiais não contemplados na planilha original.

4. Os preços foram compostos da seguinte maneira:

a) Para acréscimos de itens já existentes, foram utilizados os preços contratados;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO
SERVIÇO DE CONTRATOS

Proc.: 6015/2017
Andreia Morais

b) Para os novos itens, foram aplicados os preços constantes das tabelas SINAPI e TCPO utilizadas no edital da Concorrência, com a ressalva de que alguns¹ foram compostos de acordo com propostas de preço do mercado, tendo em vista tratar-se de materiais distintos daqueles apresentados por tais referenciais (peças 413 e 417).

5. Ressalte-se que os materiais² cotados à peça 417 são de fornecimento exclusivo da empresa Távola Engenharia e são necessários para a composição dos sistemas exigidos no Edital da Concorrência.

6. Em virtude do volume financeiro a ser acrescido com o aditamento em análise, a fiscalização elaborou uma planilha de curva ABC, justificando detalhadamente o acréscimo de cada item, conforme peça 416 e planilha completa disponibilizada nos “arquivos associados” ao processo.

7. Cabe destacar que a dinâmica contratual de uma reforma em órgão público envolve, não raramente, a necessidade de se executar serviços não previstos inicialmente em busca de uma melhor adequação técnica aos seus objetivos. Niebuhr³ menciona a importância do princípio da proporcionalidade ao tratar de alterações contratuais:

É legítimo que se proceda às alterações contratuais tanto diante de fatos novos e imprevisíveis quanto diante de equívocos detectados no projeto básico ou documento equivalente. [...] Caso os equívocos não pudessem ser corrigidos, na maioria das situações, a Administração seria forçada a rescindir os contratos, incorrendo em custos amplíssimos, dentre os quais os decorrentes das indenizações devidas aos contratados, além de realizar nova licitação e novo contrato, postergando a satisfação do interesse público. Portanto, não se harmoniza com o princípio da proporcionalidade a solução que impõe à Administração ônus tão pesados, impedindo-a de corrigir os equívocos nas alterações contratuais.

8. Diante disso, este Serviço de Contratos elaborou os cálculos, constatando-se pequenas modificações em relação à planilha contratual apresentada pela fiscalização, conforme discriminado a seguir:

a) Retificação, de acordo com os valores contratados, do valor aplicado à mão de obra da CPU 331 e dos subitens 12.1, 12.3, 12.38, 12.196 e 12.197; e

b) Atualização dos valores referentes às CPUs 264, 276, 277, 281 e 379, de forma a constar o frete na composição dos preços dos materiais, conforme propostas acostadas às peças 413 e 417.

9. O presente aditamento produz um aumento líquido de **R\$ 943.560,75** (novecentos e quarenta e três mil, quinhentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos),

¹ CPUs 235 a 241, 282 a 285, 331, 379 e 380.

² CPUs 264, 276, 277 e 281.

³ Niebuhr, Joel de Menezes. LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO ADMINISTRATIVO. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 861-62.

C:\Users\andreia.morais\OneDrive\TCDF\5. Aditamento_4.TA_VILA_RICA_CT_13_2019_Proc_6015_2017\008_despacho_4TA_VILA_RICA_CT_13_2019_supres_acrêsc_prorrog_Proc_6015_2017.docx



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO
SERVIÇO DE CONTRATOS

Proc.: 6015/2017
Andreia Morais

composto pelo (a):

- a) Acréscimo de **R\$ 1.089.325,87** (um milhão, oitenta e nove mil, trezentos e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos), totalizando um **aumento acumulado** de **R\$ 1.556.534,15** (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e quatro reais e quinze centavos) ao valor inicial atualizado do Contrato, o que representa um acréscimo percentual acumulado de, aproximadamente, **21,14%** (vinte e um vírgula catorze por cento), já considerados os efeitos dos Termos Aditivos anteriores (peças 330, 363 e 398); e
- b) Supressão de **R\$ 145.765,12** (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta e cinco reais e doze centavos), perfazendo um decréscimo acumulado de **R\$ 1.194.007,38** (um milhão, cento e noventa e quatro mil, sete reais e trinta e oito centavos), o que representa uma supressão percentual acumulada de, aproximadamente, **16,22%** (dezesesseis vírgula vinte e dois por cento), já considerados os efeitos dos termos aditivos anteriores, conforme tabela constante do Anexo Único à Minuta do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2019 (peça 419).

10. O valor total estimado do Contrato nº 13/2019 passará de **R\$ 6.781.769,31** (seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, setecentos e sessenta e nove reais e trinta e um centavos) para **R\$ 7.725.330,06** (sete milhões, setecentos e vinte e cinco mil, trezentos e trinta reais e seis centavos), pagos em parcelas, de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado e os quantitativos efetivamente executados (regime de empreitada por preço unitário).

11. Ressalte-se que, com este aditamento, a garantia contratual passará a ser de **R\$ 386.266,50** (trezentos e oitenta e seis mil, duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos), devendo a Contratada apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de recebimento de via assinada do Termo Aditivo, **garantia complementar** no valor de **R\$ 47.178,03** (quarenta e sete mil, cento e setenta e oito reais e três centavos), a fim de manter o montante total da garantia prestada, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do Contrato nº 13/2019, consoante sua Cláusula Oitava.

12. Perante o exposto, observa-se que a alteração contratual ora proposta encontra amparo no artigo 65, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/1993, e respeita os limites legais de 50% (cinquenta por cento) para acréscimos que se fizerem nos contratos de reforma de edifício e de 25% (vinte e cinco por cento) para as supressões, conforme §1º do referido artigo, abaixo reproduzido:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO
SERVIÇO DE CONTRATOS

Proc.: 6015/2017
Andreia Moraes

Art. 65 - Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
 - b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
- (...)

§1º. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nas obras, serviços e compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial reajustado do contrato, e, no particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

13. Cabe ressaltar que o aditamento em tela respeita o percentual de desconto global original, conforme determina o subitem 5.3.21 do Edital de Concorrência nº 01/2019 e a Decisão TCDF nº 4463/2017, *verbis*:

EXECUÇÃO DE OBRA. RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO LICITADO. RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PELA QUALIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS. MODIFICAÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTE DE PREÇOS DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL. ADITIVO CONTRATUAL. ACRÉSCIMO DE SERVIÇO. JOGO DE PLANILHA. AMPLIAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL. PROJETO BÁSICO DESATUALIZADO OU INCOMPLETO. RESPONSABILIDADE DO CORPO TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO. PLANILHA DE CUSTOS. CUSTOS DE ENSAIOS, TESTES E PROVAS. [...]

3. A elaboração de termos aditivos para acréscimos de serviços deve considerar os preços referenciais da Administração vigentes à época da licitação (sistemas oficiais de custos e taxa de BDI do orçamento base) e não os preços em vigor à época do aditamento, observando-se a manutenção do mesmo percentual de desconto entre o valor global do contrato original e o obtido a partir dos preços referenciais à época da licitação, de forma a se evitar a ocorrência de "jogo de planilha".

4. A Administração deve abster-se de realizar alterações contratuais cuja finalidade seja a inclusão de serviços que não guardem similaridade com o objeto licitado e que não sejam claramente justificados por modificações do projeto ou de suas especificações técnicas. [...]

Decisão por unanimidade nos pontos apresentados. Processo nº 29565/2013-e. Decisão nº 4463/2017. Precedentes TCDF: Item 1: Decisão nº 909/2017. (grifos nossos)

14. Do mesmo modo, verifica-se que a prorrogação dos prazos de vigência e execução está alinhada com a Cláusula Sétima do instrumento contratual e com o artigo 57, § 1º, incisos I e IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, *verbis*:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - Alteração do projeto ou especificações, pela Administração; [...]

IV - Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei; [...]

15. Conforme explanado pela fiscalização, o pedido da Contratada para prorrogação de prazo, acostado à peça 412, justifica-se pelas mudanças promovidas pelo TCDF nos detalhes arquitetônicos, contudo não deverá onerar o Tribunal nos itens relativos a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO
SERVIÇO DE CONTRATOS

Proc.: 6015/2017
Andreia Moraes

pessoal administrativo (peça 416). Assim, com essa prorrogação, o prazo de vigência do Contrato nº 13/2019 passará a ser de **20/05/2019 até 14/05/2020⁴**, e o prazo de execução dos serviços passará a ser de **30/05/2019 até 24/02/2020⁵**.

16. Diante de todo o exposto, submetem-se os autos à superior consideração de Vossa Senhoria, propondo que seja **autorizado o aditamento do Contrato nº 13/2019**, nos termos acima mencionados, com fundamento na Cláusula Sétima do instrumento contratual e no artigo 57, § 1º, incisos I e IV, e no artigo 65, inciso I, alíneas “a” e “b” e § 1º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

17. Na ocasião, apresenta-se a Minuta do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2019, peça 419, para apreciação e aprovação superior, esclarecendo que a documentação necessária à efetivação do ajuste ora proposto encontra-se válida e foi acostada à peça 418.

18. Sugere-se, preliminarmente, o encaminhamento dos autos à Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças - Secof, para conhecimento do aditamento em tela, bem como para outras providências que julgar cabíveis.

À superior consideração.

Brasília, 28 de janeiro de 2020.

ASSINADO DIGITALMENTE
LUCIANA MOREIRA MOURA
Serviço de Contratos
Chefe

De Acordo.
Preliminarmente à SECOF para conhecimento. E, posteriormente, à SEGEDAM para as providências cabíveis, **com a urgência que o caso requer**.

Brasília, 28 de janeiro de 2020.

ASSINADO DIGITALMENTE
LEONARDO JOSÉ ALVES LEAL NERI
Secretário de Licitação, Material e Patrimônio

⁴ Data de celebração do Contrato nº 13/2019: 20/05/2019 (peça 269).

⁵ Data de recebimento da ordem de serviço: 30/05/2019 (peça 277).

C:\Users\andreiamoraes\OneDrive\TCDF\5. Aditamento_4.TA_VILA_RICA_CT_13_2019_Proc_6015_2017\008_despacho_4TA_VILA_RICA_CT_13_2019_supres_acrêsc_prorrog_Proc_6015_2017.docx